



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

MINUTA DE CONTRATO: SUSEP/DIRAD/CGEAF/COLIC Nº 0131204/2017
PROCESSO Nº: 15414.610000/2016-01
INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Contrato para aquisição de licenças d e *Software Assurance* com MSDN para *Visual Studio*, que fazem entre si a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a <nome da empresa>.

A **Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, Autarquia Federal, ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ - MF sob o nº 42.354.068/0001-19, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro - Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo (a) <cargo do ordenador de despesas>, **S.r.** <nome do ordenador de despesas>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF - MF sob o nº <nº do CPF>, consoante delegação de competência conferida pela **Portaria SUSEP nº xxxx, de xx de xxxxx de 200x**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a <nome da empresa>, inscrita no CNPJ - MF sob o nº <nº do CNPJ>, situada na <endereço>, neste ato representada pelo <nome do representante>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF - MF sob o nº <nº do CPF>, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam entre si e celebram o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº **XX/20XX**, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e suas respectivas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as demais normas complementares, e do que consta do Processo SUSEP nº 15414.610000/2016-01, mediante as condições inseridas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de licenças de *Software Assurance*, com MSDN, para 11 (onze) cópias do IDE (ambiente integrado de desenvolvimento de software) *Visual Studio*, da *Microsoft*.

Parágrafo primeiro. Especificamente, as licenças, com suas respectivas quantidades, que deverão ser fornecidas são as descritas no quadro a seguir, todas na categoria "open-gov":

Id	Tipo	Quantidade
1	Licença Software Assurance com MSDN para Visual Studio Professional 2015	7

	Renovação)	
2	Licença Software Assurance com MSDN par Visual Studio Enterprise 2015 (Renovação)	4

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de até 60 (sessenta) dias, contado a partir de **xx de xxxxxxxxxxx de 20XX**, podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com o inciso IV, do art. 57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante justificativa e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** executará os serviços da forma e no período especificados nos itens 4 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA e 5 - MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE BENS, do Termo de Referência CGETI Nº 02/2017. Os detalhes, prazos e condições para entrega, recebimento e aceite, os quais deverão ser seguidos pela **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, estão definidos nos subitens 6.8 - Locais, Prazos e Condições e 6.9 - Aceite, Alteração e Cancelamento, do Termo de Referência CGETI Nº 2017.

Parágrafo único. Os serviços, objeto do referido Termo de Referência serão executados pela **CONTRATADA**, obedecendo ao disposto no respectivo instrumento convocatório e seus anexos, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, nos Decretos nº 5.450/05 e nº 2.271/97, na IN SLTI/MPOG nº 02/08, e suas alterações posteriores, na IN SLTI/MPOG nº 04/08, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

- a. Observar, na execução do objeto do presente contrato, todas as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência CGETI 02/2017;
- b. Entregar, no ato da assinatura do contrato, declaração autenticada emitida pela Microsoft de que a empresa está cadastrada como Revenda Autorizada Microsoft na modalidade de licenciamento Open for Government (OPEN GOV) e/ou SELECT PLUS, apta a transacionar por programas de licenciamento por volume, estando autorizada a comercializar o objeto da presente licitação na forma e modalidade de contratação prevista no Termo de Referência CGETI 02/2017;
- c. Entregar para a **CONTRATANTE** licenças perpétuas software que lhe foram adjudicadas dentre as indicadas no subitem 3.2 do Termo de Referência CGETI 02/2017;
- d. Observar prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para entrega do objeto indicado na Ordem de Fornecimento de Bens.
 1. Este prazo poderá ser prorrogado por até igual período a critério da Susep mediante solicitação justificada da CONTRATADA antes de seu decurso;
- e. Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, fornecimento de software distinto, incompleto ou inferior ao objeto licitado, cientificando-se que a existência de gestores de contrato e fiscais não diminuirá sua

responsabilidade e não implicará na corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual;

- f. Reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos ou mão de obra, em toda a área envolvida na execução do objeto, bem como por erros ou falhas na execução ou administração do contrato, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do contrato;
- g. Solicitar à Microsoft a emissão da Confirmação do Pedido de licenças, correspondente ao quantitativo de licenças adquiridas para cada respectivo item do objeto da licitação;
- h. Entregar a Confirmação do Pedido de licenças correspondente ao quantitativo de licenças adquiridas para cada item da Ordem de Fornecimento;
- i. Garantir que o objeto deste contrato não infringe quaisquer patentes, direitos autorais ou “trade-secrets”, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogados, custas e despesas decorrentes de qualquer ação judicial ou processo iniciado contra a **CONTRATANTE**, por acusação da espécie, devendo o **CONTRATADO** ser chamada à autoria para comparecer ao processo pela melhor forma prevista em direito;
- j. Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, cumprindo todas as determinações da **CONTRATANTE**;
- k. Garantir a autenticidade das licenças adquiridas, sabendo que estará exposta a todas as sanções cíveis e criminais decorrentes dos atos de violação de direitos autorais e pirataria de software;
- l. Cumprir os prazos previstos neste contrato e no Termo de Referência CGETI 02/2017;
- m. Sujeitar-se às sanções e penalidades decorrentes de inexecução contratual previstas neste contrato;
- n. Indicar formalmente seu Preposto, que representará a **CONTRATADA** nas subsequentes interações com a **CONTRATANTE** em razão da execução do contrato;
- o. Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando-as mensalmente e sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, assim como em relação às demais exigências previstas neste Contrato e no Termo de Referência CGETI 02/2017. Assim, durante a vigência deste contrato, a **CONTRATADA** ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93), entre outras exigências;
- p. Guardar o sigilo de quaisquer informações a que tenha acesso em virtude do cumprimento dos serviços a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento no curso da execução do objeto, inclusive após o término do prazo de vigência deste contrato, sendo proibida a divulgação do conteúdo das referidas informações a terceiros em geral e, em especial a quaisquer meios de comunicação públicos ou privados;
- q. Cumprir, durante a execução deste contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se desde já, que a **CONTRATANTE** poderá descontar de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;

- r. Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato;
- s. Responsabilizar-se por todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o cumprimento dos serviços que irão compor a execução do objeto contratado durante todo o período de vigência do Contrato, tais como: transporte, fretes, hospedagem, passagens, assistência técnica, manutenção, etc; e
- t. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, o aumento ou a diminuição dos serviços contratados, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, observados os limites previstos no artigo 65,§ 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

- a. Designar, formalmente o gestor do contrato bem como os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- b. Convocar a **CONTRATADA** para que, no prazo previsto de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, compareça à **CONTRATANTE** para a assinatura do termo de contrato;
- c. Prestar à **CONTRATADA** informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados, que tenham pertinência ao objeto da contratação, a critério da **CONTRATANTE**;
- d. Encaminhar, obrigatoriamente, a Ordem de Fornecimento de Bens ao preposto da **CONTRATADA**, conforme inciso II, art. 25 da IN SLTI 04/2010;
- e. Receber o objeto do contrato, conforme o disposto no art. 15, §8º, da Lei 8.666/93 e o inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93 considerando, ainda, o que dispõe os artigos 62, 69 e 76 da mesma Lei;
- f. Comunicar à **CONTRATADA** qualquer anormalidade havida no fornecimento dos softwares para adoção das providências de saneamento;
- g. Fiscalizar a execução do contrato;
- h. Rejeitar, no todo ou em parte, a entrega/fornecimento de licenças em desacordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência CGETI 02/2017;
- i. Comunicar à **CONTRATADA** , por escrito:
 - 1. Quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com este contrato e o Termo de Referência CGETI 02/2017;
 - 2. A abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa;
 - 3. A aplicação de eventual penalidade, nos termos deste contrato e o Termo de Referência CGETI 02/2017;
- j. Emitir e assinar os Termos de Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo, conforme o disposto no inciso III do art. 25 da IN SLTI 04/2010 e art. 73 da Lei 8.666/93; e
- k. Pagar à **CONTRATADA** pelos bens fornecidos, nos termos e condições previstas em contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** exercerá, através de seu Gestor de Contrato, o

acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados e do fiel cumprimento das exigências constantes deste contrato, do Termo de Referência CGETI 02/2017, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02/2008, e de suas alterações posteriores, da IN SLTI/MPOG nº 04/08, e das Normas Internas, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. A fiscalização do Contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no subitem anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no presente Termo de Referência, Instrumento Contratual, ou na legislação vigente, notadamente no Anexo IV da IN MPOG nº 02/2008.

Parágrafo segundo. Os casos omissos ou dúvidas suscitadas por parte da **CONTRATADA** que não sejam esclarecidas pelo Gestor de Contrato serão esclarecidos pela autoridade competente da SUSEP. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas às autoridades superiores da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.

Parágrafo terceiro. Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados serão consideradas regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela **CONTRATADA**, através de protocolo, e-mail, carta, telegrama ou fax, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes.

Parágrafo quarto. A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quinto. Os papéis e responsabilidades do gestor, fiscais administrativo e técnico, e representante da **CONTRATADA** estão definidos no subitem 6.1 do Termo de Referência CGETI Nº 02/2017.

Parágrafo sexto. As formas de acompanhamento do Contrato, bem como a metodologia de avaliação da qualidade dos serviços prestados são, respectivamente, as descritas nos subitens 6.4 e 6.5 do Termo de Referência CGETI Nº 02/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

O preço dos serviços contratados corresponde à importância fixa e irrevogável total de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx)**, composta da seguinte forma:

Id	Tipo de Licença	Quantidade	Valor por licença	Valor total
1	Software Assurance com MSDN para Visual Studio Professional 2015	7	R\$ XXXX	R\$ XXXX
2	Software Assurance com MSDN para Visual Studio Enterprise 2015	4	R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL				R\$ XXXXXX

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O recurso orçamentário destinado a atender as despesas decorrentes deste Contrato corresponde ao **valor total de R\$ xxx,xx** (valor por extenso) para o período do contrato, correndo R\$ xxx,xx (valor por extenso) por conta da dotação orçamentária consignada à **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de 201X, pelo programa de trabalho <xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx>, na categoria econômica <xxxxxxx>, conforme Nota de Empenho 201XNE80XXXX.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado, mediante ordem bancária, através de crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela **CONTRATADA**, em até **10 (dez) dias úteis** a contar da data do recebimento das Notas Fiscais, mediante o “Termo de Recebimento Definitivo” previsto na contratação, atesto e aprovação das Notas Fiscais/Fatura em 2(duas) vias pelos fiscais técnico e requisitante, conforme disposto no art. 25, inc. III, alínea a) da IN SLTI/MP 04 de 12/11/2010.

Parágrafo primeiro. A contratada deverá observar toda a legislação tributária e demais pertinentes vigentes sobre notas fiscais/ faturas e tributos e especificar o objeto no corpo da nota fiscal. Será feita retenção no percentual indicado na Tabela constante da IN nº 28, de 1º de março de 1999 ou a que venha a substituí-la, a título de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), COFINS (Contribuição para Financiamento de Seguridade Social), PIS/PASEP e CSL (Contribuição Social sobre o Lucro), salvo as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES, que deverão anexar o Termo de Opção, devidamente autenticado, à Nota Fiscal quando da entrega do material.

Parágrafo segundo. Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Parágrafo terceiro. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Gestor do Contrato designado pela **CONTRATANTE**, o qual somente atestará o fornecimento das licenças e a prestação dos serviços e as liberará para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

Parágrafo quarto. O número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado na nota fiscal/fatura, deverá coincidir com o apresentado na proposta da contratada, o qual será utilizado para consulta ao SICAF, bem como para emissão de notas de empenho.

Parágrafo quinto. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, será devolvida pelo Fiscal à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à **CONTRATADA** para as correções solicitadas, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes. Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados no Termo de Referência CGETI 02/2017, vez que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos, para cumprimento do disposto no § 1º do art. 36 da IN SLTI nº 2/2008 e § 3º do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo sétimo. Previamente à contratação e antes do pagamento, será emitida, pela **CONTRATANTE**, através de consulta “on line”, certidão que comprove a regularidade da situação da contratada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

Parágrafo oitavo. Conforme decidido no âmbito do Acórdão nº 1.054/2012 – Plenário do Tribunal de Contas da União a SUSEP exigirá, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440/2011.

Parágrafo nono. O pagamento poderá ser realizado ainda que constatada irregularidade fiscal (SICAF) ou trabalhista (CNDT). Neste caso, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da contratada de corrigir a situação, a **CONTRATANTE** concederá um prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período por solicitação da contratada, para regularização, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos.

Parágrafo dez. A **CONTRATADA** poderá ser penalizada, de acordo com a legislação vigente e com as cláusulas deste contrato, caso não mantenha regular suas certidões obrigatórias.

Parágrafo onze. As multas e retenções que porventura existam poderão ser, a critério da **CONTRATANTE**, deduzidas no próprio valor a ser pago.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades constantes do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, c/c o art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, garantida a prévia defesa.

Parágrafo primeiro. Em caso de inexecução do Contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções administrativas, que poderão ser cumuladas, conforme a espécie de falta cometida, sendo também possível desde logo a aplicação da penalidade mais rigorosa, em vista da gravidade da conduta e dos prejuízos dela decorrentes:

- a. Inexecução parcial do contrato - Não observar o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da Ordem de Fornecimento de Bens, para entregar as licenças solicitadas na forma prevista neste Contrato:
 1. Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do contrato ao dia em que persistir a irregularidade, respeitando o limite de 5% (cinco por cento), até que a **CONTRATADA** dê solução à inexecução do avençado ou até a rescisão contratual;
 2. Rescisão unilateral do contrato pela **CONTRATANTE**;
 3. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.
- b. Inexecução total do contrato - Não fornecer o quantitativo de licenças de software solicitadas através da Ordem de Fornecimento de Bens, não sendo admitidas entregas parciais; não fornecer chaves de liberação, senhas e quaisquer itens necessários ao funcionamento as licenças de software; fornecer software ilegal, falsificado, “pirata”, versões “demo”, acadêmicas, livres, gratuitas ou que tenham quaisquer limitações em relação à sua versão plena/comercial; Não entregar, no ato da assinatura do contrato, declaração autenticada emitida pela Microsoft

especificada no Termo de Referência CGETI 02/2017:

1. Multa de 20% do valor do contrato;
 2. Rescisão unilateral do contrato pela **CONTRATANTE**;
 3. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.
- c. Hipóteses não elencadas nos demais itens desta cláusula ensejarão a aplicação de penalidade de:
1. Multa única, no valor de 1% a 10% do valor do Contrato, conforme a gravidade e os prejuízos oriundos da falta cometida;
 2. Rescisão unilateral do Contrato pela **CONTRATANTE**;
 3. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 (cinco) anos e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02.

Parágrafo segundo. A contagem dos dias para aplicação das multas diárias tratadas nesta Cláusula terá início na data de caracterização do descumprimento contratual ou, no caso de ter sido encaminhada comunicação formal, para regularização da execução contratual, no dia seguinte ao término do prazo eventualmente estipulado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. As penalidades poderão ser combinadas e não há necessidade de primeiro serem aplicadas penas mais brandas, podendo a **CONTRATANTE**, dependendo do ocorrido, aplicar diretamente as penalidades mais graves.

Parágrafo quarto. No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quinto. A penalidade aplicada será registrada no SICAF.

Parágrafo sexto. A data de vencimento da guia para pagamento de multa que venha a ser aplicada será, preferencialmente, o último dia útil da quinzena ou do mês, observando-se que tal data não seja anterior a 7 (sete) dias úteis contados da data de assinatura da correspondência de notificação da sua aplicação ou da decisão em última instância, ou do respectivo edital.

Parágrafo sétimo. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à contratada, recolhidas à conta Única do Tesouro Nacional em favor da **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo oitavo. Para o caso de inadimplência quanto ao pagamento de multas aplicadas pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** será registrada no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN, conforme Lei 6.830/80.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as disposições contidas nos arts. 79 e 80 da referida Lei, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo a rescisão por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por

perdas e danos e demais cominações legais.

Parágrafo segundo. O Contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, por motivo de conveniência da Administração, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, ainda, por acordo entre as partes.

Parágrafo terceiro. Em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Pública.

Parágrafo quarto. Em caso de rescisão contratual, o documento expedido para comunicação substituirá o Termo Rescisório, ficando as partes contratantes desobrigadas dos compromissos assumidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) É vedada a utilização deste Contrato para qualquer operação financeira, bem como a cessão, a subcontratação ou a transferência total ou parcial a terceiros da execução dos serviços contratados, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**, sob pena da aplicação de sanções e penalidades previstas na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e conseqüente registro no SICAF.

b) A **CONTRATANTE** poderá solicitar a qualquer tempo, quaisquer documentos da **CONTRATADA**, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela **CONTRATANTE**.

c) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela **CONTRATADA** através de protocolo, carta registrada ou telegrama.

d) Só será permitida a permanência do empregado designado pela **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, durante o período em que estiver prestando os serviços.

e) A **CONTRATADA** deverá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

f) A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os empregados indicados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços. Caso a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego, a **CONTRATADA** obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

g) São partes integrantes deste Contrato: o Termo de Referência e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA** no que não conflitar com as partes deste Contrato.

h) A **CONTRATADA** deverá ser registrada na junta comercial do objeto relativo ao presente Contrato.

i) A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas na presente Contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, as partes elegem a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

E por estarem as partes justas e pactuadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro,

Nome

Representante Legal da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Nome

Representante Legal da <Empresa contratada>

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2017.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JORGE FIGUEIREDO NAZARETH (MATRÍCULA 1957913)**, Analista Técnico da Susep, em 14/06/2017, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0131204** e o código CRC **9333B2D8**.

Referência: Processo nº 15414.610000/2016-01

SEI nº 0131204